

# GÊNEROS TEXTUAIS, CONTEXTO E DISCURSIVIDADE

**Leda Queiroz de Paula**

EE “Profa. Hercy Moraes – Campinas e FATEC-Indaiatuba/ ledapaula@fatecid.com.br

Este artigo<sup>1</sup> tem como preocupação maior duas questões, uma de natureza pedagógica e a outra de natureza lingüística, propriamente dita. A primeira questão se impôs dada a observação do grau de “alienação” dos estudantes do ensino médio da escola em que leciono, quanto à situação de crise política por que o país atravessa, sabendo, quando muito, repetir o que a imprensa televisiva divulga; e devido a um fato que ocorreu, quando eu ensinava o modelo de requerimento, instrumento necessário nessa escola para solicitação de segunda chamada de avaliações perdidas, quando uma aluna se saiu com um “Que frescura!”. A segunda questão se apresentou dada a preocupação de ensinar a chamada “redação técnica” numa perspectiva discursiva. Parece evidente o caráter “sócio-interacionista” desse tipo de produção textual, uma vez que os textos incluídos nessa categoria, redação técnica, dirigem-se, de locutores (pessoas físicas ou jurídicas) a interlocutores específicos, conforme a natureza do documento, seja ele um memorando, um requerimento, uma carta comercial, etc. Mas, apesar desse caráter dialógico, o trabalho que o professor se vê obrigado a realizar, fica muitas vezes fadado ao mero preenchimento de modelos. Foi quando, observando a publicação desses tipos de documentos pela mídia impressa, ocorreu-me a possibilidade de unir as duas questões, para solucioná-las num trabalho realizado em sala de aula, que se apresentasse como mais significativo para os alunos.

Esse trabalho feito com a língua, não divorciada do contexto social vivido (PCN, p.238), está em andamento, e o que se apresenta aqui, é o primeiro momento da interação, que é o da compreensão do discurso veiculado pelo texto técnico, do seu suporte, bem como do seu processo de circulação. Willis (1991) aborda a necessidade de um trabalho crítico a ser feito com o trabalhador. Como uma das funções da escola média é preparar o futuro trabalhador, aproveitei as reflexões desse autor para abordar a necessidade de formar o cidadão crítico que irá, por meio do discernimento, compor nova categoria de usuário da língua: uma pessoa que age e reage segundo princípios morais (não

---

<sup>1</sup> Apresentado com os dados iniciais da pesquisa no Congresso de Língua Portuguesa da PUC-SP, 2006.

moralistas) e éticos. Apesar da pulverização desses valores no mundo contemporâneo, globalizado, é preciso levar o futuro cidadão a ser:

*Um ser humano que vê a democracia como valor e que, apesar da redução do político ao técnico e ao econômico, supere essa visão que enfraquece o civismo, que leva à fuga e ao refúgio na vida privada e à alternância entre apatia e revolta violenta (Morin, 2001, p.112).*

O trabalho com os documentos de redação técnica não pretende apenas retomar o contexto, informar do contexto, mas mostrar que esses documentos são instrumentos que o cidadão tem para intervir na realidade, e que o uso deles traz conseqüências favoráveis ou contrárias ao usuário.

No período de julho/2005 a abril/2006, o jornal “O Estado de S.Paulo” publicou cópias de declaração, mandado de prisão, requerimento, decreto, memorando por e-mail, cheque, termo de inquirição (semelhante a ata) e carta comercial, enfocando diversos tipos de problemas sócio-político-econômicos por que tem passado a sociedade brasileira. Desde a primeira publicação que vi, ocorreu-me a possibilidade deste trabalho. Por influência de estudos recentes e de cursos de formação de professores, propus um trabalho a partir de gêneros discursivos. Surgiu então a dificuldade momentânea de classificar tais textos num gênero que, ao serem publicados no jornal, extrapolam a classificação inicial de serem meros *textos técnicos*.

Partindo da posição defendida por Bakhtin (1997), de que a comunicação só é possível dentro de um gênero e de que os gêneros são tipos “relativamente estáveis” de enunciados elaborados pelas mais diversas esferas da atividade humana, ampliamos a abrangência desses conceitos para a escolha do uso de *domínio discursivo* (Marcuschi, 2005, p.23-24). Para o autor, a expressão *designa uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana, que não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos*. Um deles seria o *discurso jornalístico*, que *não abrange um gênero em particular, mas que dá origem a vários deles*. Quero, no entanto, designar esse tipo especial de discurso jornalístico, de *gênero denúncia*, já que se caracteriza, enquanto atividade sócio-discursiva, como instrumento de denúncia das injustiças, de prestação de serviços à causa do povo (Soares, 1984, p.24), conforme pregam os manuais sobre os objetivos do jornal.

O trabalho que propus, e que será relatado a partir de agora, ancora-se primeiramente no estudo do conteúdo temático, o estilo de língua e a construção composicional (Bakhtin, 1997). Dos textos trabalhados, selecionamos três para a análise a ser apresentada neste artigo: carta comercial, memorando (via e-mail) e declaração.

A **carta comercial** é cópia do documento em que Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, assume compromisso como avalista e devedor solidário de todas as operações de empréstimos firmadas pelo BMG com as empresas de Marcos Valério, suposto condutor do mensalão e com o próprio Partido dos Trabalhadores. O **memorando** é um documento enviado por e-mail, por Geiza Dias, gerente da Agência de Marcos Valério, no dia 09.10.03, às 16h03min, para um certo Bruno, em que informa a confirmação, mediante conversa, do saque no valor de R\$ 250 mil, a ser realizado pelo Sr. Antonio Kalil Cury, que seria emissário de Duda Mendonça, segundo Marcos Valério, na Agência do Banco Rural da Av. Paulista. A **declaração** é um documento assinado após sabatina da *Folha* em 2004, em que o ex-prefeito de São Paulo, José Serra, prometera ir até o fim do mandato.

Foi pedido inicialmente que os alunos anotassem o conteúdo dos documentos. A leitura da matéria no jornal favoreceu esse primeiro contato com o assunto e também ajudou no desenvolvimento da habilidade de sintetizar um texto. Foi observada a função da linguagem em que os documentos foram primeiramente escritos, a referencial, que visa a atingir um determinado fim, centrada no referente, ou seja, uma promessa, uma confirmação de envio, saque ou depósito, ou de compromisso. No entanto, ao serem deslocados de seus “lugares originais”, ganharam outros sentidos, o de denúncia, configurado na função fática que passam a assumir: o jornal os destacou circundados num tom esverdeado, com títulos que atestam uma função ideológica da informação e uma legenda explicativa: *“palavra desfeita”, “o documento de Serra”; “no compromisso acima (...)Serra se comprometeu a cumprir todo o mandato”; “Sob investigação”, “E-mail de Geiza Dias, da SMPB, para o Banco Rural indicando (...); “Confidencial-Delúbio assume “compromisso irretratável”*. São essas marcas (cor, legenda, seleção lexical, tipo de fonte, formato) que indicam o que Maingueneau( (2001, p.87-89) chama de **cenografia**:

*Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. (...) Com efeito, tomar a palavra significa, em graus variados, assumir um risco; a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário, como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala”.*

A correspondência administrativa, cujo discurso implica cena enunciativa de algum modo estabilizada, já no caso do gênero denúncia, supõe um processo de *enlaçamento paradoxal*: uma certa situação de enunciação que vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação (ibid. p. 87). As *marcas* a que nos referimos anteriormente atestam essa situação de enunciação.

Um dos objetivos do jornal é o de informar o cidadão sobre um determinado fato. Entretanto, podemos observar marcas ideológicas (já que todo discurso é ideológico), no título *Confidencial* da legenda da carta de Delúbio. O *confidencial* que foi carimbado no documento, indicando que ele está sob investigação, sob apuração sigilosa, ao lado da frase *Delúbio assume*, aponta para o caráter de coisa escusa que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores realizou, ao mesmo tempo que, implicitamente, pressupõe uma ironia, apostando no conhecimento que o leitor tem sobre esse partido, que se orgulhava de fazer política sempre às claras, com conhecimento dos seus membros. Posições autoritárias, unilaterais, isso era com os *outros* partidos. No vocativo dessa carta não há uma pessoa física a quem o locutor se dirige, mas uma pessoa jurídica. Cabe perguntar: a quem do BMG o documento foi dirigido? Em caso de investigação, como de fato veio a ocorrer, como rastrear o verdadeiro “implicado”?

No caso da declaração, o jornal informou que o documento fora assinado na *Folha de S. Paulo*. Qual o valor legal desse documento? O jornal também informou que o presidente do *Instituto Ágora*, uma ONG, pretendia entrar com uma ação civil pública contra Serra, porque ele tinha rompido um *contrato de representação*. Discutimos então sobre o valor de uma assinatura, de uma palavra empenhada, qual o valor legal de um documento, contrastando com a época em que uma palavra dada era motivo de honra.

No caso do e-mail -memorando, tratamos dos atores envolvidos e dos dados de comprovação do fato: datas, nomes, assunto.

Após abordar o conteúdo e as reflexões entre contexto e discurso, passarei a relatar o trabalho feito com a estrutura lingüística utilizada nos documentos.

Que recursos lingüísticos puderam ser tratados? Partimos da identificação do local e data dos documentos, abordando o uso de maiúsculas no nome do local, e de minúsculas no nome do mês. O uso da pontuação: vírgula obrigatória após o nome do local, e ponto final facultativo no final da data. Nos documentos onde havia vocativo, o uso da vírgula ou dois pontos. O estudo contextualizado pretendeu motivar os alunos e visou não só ao conhecimento da redação comercial para posterior produção textual, como alertou para a importância do conhecimento dela, vista anteriormente apenas de forma burocrática. Os dados da pesquisa feita antes e após o trabalho estão sendo computados e serão divulgados no 3º Seminário sobre o jornal.

Outro estudo feito foi o do endereçamento, a quem se dirigia o documento. No caso da carta comercial, normalmente a uma entidade jurídica ou pessoa física, seu representante; e o vocativo correto a ser empregado. No caso do memorando, o uso das preposições *de* e *para*, indicando locutor e interlocutor, respectivamente; e a abreviatura *Cc, com cópia*, especialmente em e-mails. Foi enfatizada a importância desses detalhes no preenchimento desses documentos, apontando para a função comunicativa deles.

No que diz respeito ao corpo do texto da declaração, o estudo de pronomes, da colocação pronominal, da pontuação separando as orações, do aposto e do uso dos operadores argumentativos para indicar condição, no caso da oração “se eleito prefeito”, e finalidade em “para me candidatar”. No caso do e-mail, o estudo dos operadores *conforme* e *de acordo com*, de funcionamento diferente, ligando expressões, e não orações. O estudo de preposições e da classificação de orações tradicionais estará, de certa forma, substituído por um estudo que parte da situação dialógica do discurso. A declaração de Delúbio foi escrita em forma de carta comercial, e os termos em que foi escrita permite um estudo interessante do léxico, de estrutura e de processos de formação de palavras, em *irretratável*, *irrevogável*, *firmadas*, *inscrita* e *trabalhadores*.

Observamos maior interesse dos alunos na aprendizagem que foi organizada desta maneira. As frases mais significativas dessa mudança de comportamento estão sendo selecionadas para divulgação no seminário. A próxima etapa será fazer um levantamento das necessidades dos bairros em que os alunos moram (esses dados estão sendo colhidos pelos alunos no jornal *Correio Popular*, quando este publica notícias sobre seus bairros) e trabalhar a intervenção real no contexto social, utilizando o gênero textual adequado.

### **Considerações Finais**

Os PCNs de ensino médio apontam para o fato de não se proibir o ensino da gramática; que ela deve ser ensinada pensando-se em termos de uso e reflexão sobre a língua:

*O estudo da gramática passa a ser uma estratégia para a compreensão/interpretação/produção de textos (...) Há estereótipos educacionais complexos e difíceis de serem rompidos, como no caso do ensino das classificações apriorísticas de termos gramaticais. Nada contra ensiná-las. O problema está em como ensiná-las, em razão do ato comunicativo (p.139).*

Contudo, muitos professores deixam de trabalhar a estrutura da língua, ensinando ou não a nomenclatura. A consequência dessa postura é o fato de que o aluno não reflete em momento algum sobre esses usos, não tendo nem mesmo a possibilidade de transgredir, como um Osvald de Andrade, em “Pronominais”. Não é só com a gramática que o aluno raciocina, é verdade; mas é verdade também que é principalmente com ela que esse aluno exercita uma certa habilidade de compreensão e reflexão lingüística, só possibilitadas pelo ensino da estrutura lingüística, ou seja, de gramática.

O estudo da orientação composicional (declaração, memorando e carta) sensibilizará os alunos para os usos sociais da escrita. Esses gêneros discursivos, ou melhor, sua escolha, implicará decisão do locutor mediante sua necessidade de intervir na realidade.

Esperemos que sua intervenção seja motivada por *princípios éticos*, em que a língua portuguesa seja usada como *fonte legitimadora de acordos e condutas sociais* e por escolha de *tecnologias de comunicação disponíveis* (PCN, p.145); e que a

aprendizagem do gênero *redação técnica* passe a ser vista pelos alunos sob essa nova óptica.

### **Referências Bibliográficas**

BAKHTIN, M. 1997. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

MANGUENEAU, Dominique. 2001. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. 2005. “Gêneros textuais: definição e funcionalidade”. In *Gêneros Textuais & Ensino*. Dionísio, Angela Paiva, Bezerra, M. A ., Machado, Anna Rachel (orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna.

MORIN, Edgar. 2001. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

*Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. 1984. *Para uma leitura crítica dos jornais*. São Paulo: Edições Paulinas.

WILLIS, Paul. 1991. *Aprendendo a ser trabalhador: escolas, resistência e reprodução*. Porto Alegre: Artes Médicas.

**Fonte das Pesquisas:** Jornal *Correio Popular* fornecido pelo *Projeto Correio Escola*.